

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de abril de 2024 às 08h13
Seleção de Notícias

Época Negócios - Online | BR

Direitos Autorais

Comissão do Senado deve apresentar regras para uso de inteligência artificial em maio	3
MUNDO ESTADÃO	

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Google é processado por artistas dos EUA devido a gerador de imagens de IA	6
--	---

Patentes

Hypera vê mercado potencial de R\$10 bi com expiração de patentes	7
ECONOMIA E NEGÓCIOS	

Folha de S. Paulo | BR

30 de abril de 2024 | Pirataria | Biopirataria

Entidades indígenas apontam apropriação cultural e intelectual por uso de cupuaçu, tucumã e stevia	8
FOLHA CORRIDA	

R7 | BR

Marco regulatório | INPI

Frente parlamentar elabora novo marco legal de combate à pirataria	10
--	----

IstoÉ Online | BR

Direitos Autorais

Financial Times e OpenAI assinam acordo sobre conteúdo	11
ÚLTIMAS	

AB Notícias News | BA

Marco regulatório | INPI

Por que o trade dress é importante para sua marca? Veja dicas de como proteger o seu trade dress	12
--	----

Jota Info | BR

Patentes

Conep defende vetos em PL de Pesquisas Clínicas aprovado no Congresso	14
GRASIELLE CASTRO IAGO BOLÍVAR	

Comissão do Senado deve apresentar regras para uso de inteligência artificial em maio

MUNDO



Documento apresentado busca resguardar os direitos fundamentais sem prejudicar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no País

A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) do Senado tem até o dia 23 de maio para finalizar seus trabalhos sobre o projeto de lei que regulamenta o uso da tecnologia no País.

+ Quer saber mais sobre inovação? Entre no grupo de Época NEGÓCIOS no WhatsApp

+ Startup financiada pela Nvidia revela IA que pode transmitir emoções humanas

+ Papa Francisco participará de sessão do G7 sobre inteligência artificial

O relatório preliminar, apresentado na última quarta-feira (24) pelo relator Eduardo Gomes (PL-TO), pode sofrer alterações e receber emendas até o próximo dia 9. O texto é um projeto alternativo que agrupa diferentes propostas sobre o tema, em especial a do presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (P-SD-MG).

O objetivo da Comissão, criada em 2023 por meio de um requerimento de Pacheco, é estabelecer normas

para garantir que as ferramentas de IA sejam seguras e confiáveis, "em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico".

Presidida pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG), a equipe realizou uma série de audiências públicas para debater aplicações, benefícios e riscos do uso das tecnologias em diversos setores profissionais e sociais.

De acordo com o relator, o documento apresentado busca resguardar os direitos fundamentais sem prejudicar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no País. Segundo Gomes, é importante diferenciar o que é humano do que é artificial para proteger "o jeito criativo brasileiro" e a "integridade da informação".

Por isso, o texto trata de **direitos** autorais, direito à privacidade, estabelece a correção de vieses a fim de evitar discriminação, prevê proteção aos trabalhadores e também o fomento à inovação sustentável.

Após o fim do período de análise pela comissão temporária, o texto será discutido no plenário e, se aprovado, segue para a Câmara dos Deputados, onde pode enfrentar dificuldades para tramitar. Como mostrou o Estadão, na visão do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), o projeto do Senado pode sufocar a capacidade de inovação de desenvolvedores de IA.

Regulamentação da IA no Brasil

O primeiro ponto do projeto é a definição das bases para o uso das tecnologias de desenvolvimento de IA no País. O texto estabelece que é fundamental a centralidade da pessoa humana, o respeito aos direitos humanos, à democracia e à liberdade de expressão.

Continuação: Comissão do Senado deve apresentar regras para uso de inteligência artificial em maio

É necessário também garantir a proteção ao meio ambiente, a igualdade, a valorização do trabalho humano, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a privacidade, o acesso à informação e a proteção de grupos vulneráveis.

Para isso, a proposta estabelece que os ciclos de vida das ferramentas devem ser supervisionados por seres humanos, os agentes desenvolvedores de sistemas de IA devem ser transparentes e prestar contas além de prevenir e mitigar riscos e danos individuais, sociais e econômicos.

O texto ainda prevê que as pessoas afetadas pelos sistemas têm direito à informação prévia sobre a interação com uma ferramenta de inteligência artificial.

Em quatro casos específicos, no entanto, a lei não se aplica: quando o uso das ferramentas é para fim particular e não econômico, para a defesa nacional, têm formatos abertos e livres, com exceção daqueles considerados de alto risco, ou integram atividades de teste fora de circulação do mercado.

Também é prevista a regulamentação de atividades de segurança pública, que poderão utilizar sistemas de identificação biométrica à distância apenas sob autorização judicial. A tecnologia poderá ser utilizada para buscar vítimas de crime ou desaparecidos, em caso de perseguição de crimes passíveis de pena máxima de reclusão superior a dois anos ou crime em flagrante.

A fim de garantir a fiscalização e implementação da lei, o projeto também cria o Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), que será coordenado por uma autoridade designada pelo governo federal.

Assim, serão determinados critérios de avaliação dos sistemas de IA para identificar os riscos de cada tecnologia. Os desenvolvedores de IA ainda serão obrigados a compartilhar os dados sobre o impacto dos

algoritmos no funcionamento da ferramenta, identificando a probabilidade e gravidade de consequências adversas.

A empresa responsável por uma IA considerada de alto risco, que impacta no exercício de direitos e liberdades, afeta um grupo vulnerável ou traz riscos à integridade física, deverá manter contato com o poder público para promover testes de confiabilidade e monitoramento constante dos sistemas.

Já as tecnologias de risco excessivo serão proibidas. Os sistemas, de acordo com a proposta, não podem:

- adotar técnicas subliminares que induzem a um comportamento prejudicial ou perigoso à saúde ou segurança própria ou de terceiros;
- explorar pessoas vulneráveis em decorrência da idade, situação socioeconômica, deficiência física ou mental;
- possibilitar a produção ou disseminação de materiais de abuso sexual infantil;
- ranquear ou classificar pessoas, com base em comportamento ou personalidade, para o acesso a bens e políticas públicas;
- avaliar traços de personalidade ou comportamentos passados, como antecedentes criminais, para avaliação de risco de infrações ou reincidências;
- desenvolver armas autônomas que não disponham de controle humano.

As sanções previstas para empresas ou pessoas físicas que descumprirem as normas são advertência, multa de até R\$ 50 milhões por infração ou 2% do faturamento empresarial, a publicização da irregularidade, proibição da participação em regime de sandbox - ambiente experimental - regulatório por até cinco anos, suspensão do desenvolvimento e fornecimento de IA e proibição de tratamento de al-

Continuação: Comissão do Senado deve apresentar regras para uso de inteligência artificial em maio

gumas bases de dados.

Ainda, as violações podem ser enquadradas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a empresa que causar dano coletivo ou individual deverá reparar a vítima independentemente do grau de autonomia do sistema.

A organização apenas não será considerada culpada em casos comprovados de uso dos sistemas por terceiros com intenção de causar danos a outras pessoas.

O chamado marco regulatório da IA também prevê adoção de medidas de governança e de autorregulação para que iniciativas privadas estabeleçam critérios técnicos sobre determinados sistemas e compartilhem documentações com o SIA, principalmente sobre riscos não mitigáveis, impactos ambientais e sociais da tecnologia em questão.

Google é processado por artistas dos EUA devido a gerador de imagens de IA



Logo do Google em Mountain View, Califórnia, EUA 1/11/2018
REUTERS/Stephen Lam/Arquivo Logo do Google em Mountain View,
Califórnia, EUA 1/11/2018 REUTERS/Stephen Lam/Arquivo

O Google foi alvo de um novo processo de **direitos** autorais em um tribunal federal da Califórnia por um grupo de artistas visuais que alegam que a unidade da Alphabet usou seu trabalho sem permissão para treinar o Imagen, um gerador de imagens alimentado por inteligência artificial.

A fotógrafa Jingna Zhang e as cartunistas Sarah Andersen, Hope Larson e Jessica Fink disseram no processo coletivo apresentado na sexta-feira que o Google é responsável por ter usado "bilhões" de imagens protegidas por **direitos** autorais, incluindo delas, para ensinar o Imagen a responder aos comandos de textos dos humanos.

O caso é um dos muitos potenciais processos ju-

diciais emblemáticos movidos por proprietários de **direitos** autorais contra empresas de tecnologia, incluindo Microsoft, OpenAI e Meta, sobre os dados usados para treinar seus sistemas de IA generativa.

"Nossos modelos de IA são treinados primariamente em informações disponíveis ao público na **internet**", afirmou o porta-voz do Google, José Castañeda, nesta segunda-feira. "A lei norte-americana há muito tempo apoia o uso de informações públicas de maneiras novas e benéficas e refutaremos essas alegações no tribunal".

Os advogados das artistas, Joseph Saveri e Matthew Butterick, afirmaram em comunicado que o caso é "mais um exemplo de uma empresa de tecnologia de trilhões de dólares escolhendo treinar um produto de IA comercial com trabalhos protegidos por **direitos** autorais de outros, sem consentimento, crédito ou compensação".

Zhang e Andersen também estão envolvidas em um processo similar em andamento contra Stability AI, Midjourney e outras pelo suposto uso irregular de seus trabalhos por essas empresas para treinar geradores de imagem de IA. O processo apresentado na sexta-feira afirmou que o Google usou um dos mesmos conjuntos de dados para treinar o Imagen que a Stability e a Midjourney utilizaram para treinar seus sistemas.

As artistas pediram ao tribunal uma quantia não especificada de indenização monetária por danos e uma ordem para obrigar o Google a destruir cópias dos seus trabalhos.

Hypera vê mercado potencial de R\$10 bi com expiração de patentes

ECONOMIA E NEGÓCIOS

A Hypera calcula que o vencimento de patentes de uma série de medicamentos nos próximos três anos deve gerar um mercado potencial para a empresa de cerca de 10 bilhões de reais, afirmaram executivos da farmacêutica brasileira nesta segunda-feira.

"Só a parte de **quebra** de patentes temos um mercado endereçável acima de 10 bilhões de reais nos próximos três anos e que estamos com 'pipeline' preparado para sermos os primeiros a entrar ou termos

algumas inovações", afirmou o diretor de relações com investidores, Adalmario do Couto, em teleconferência com analistas.

O executivo acrescentou que neste ano a Hypera programa 70 lançamentos de produtos e que a empresa segue focada em ampliar participação de mercado nos segmentos de uso contínuo em mercados de prescrição.

Entidades indígenas apontam apropriação cultural e intelectual por uso de cupuaçu, tucumã e stevia

FOLHA CORRIDA

CIÊNCIA

Jorge Abreu

são paulo Cupuaçu, pequi, castanha-do-pará, tucumã e stevia são alguns dos produtos encontrados nos biomas brasileiros que estão na mira de uma discussão do movimento indígena sobre apropriação cultural e intelectual.

Neste mês, entidades representativas, entre as quais a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), elaboraram um documento para ser apresentado na Conferência Diplomática de Genebra, da Ompi (**Organização** Mundial da Propriedade Intelectual) - entidade de direito internacional público ligada à ONU.

O encontro está marcado para ocorrer de 13 a 24 de maio, na Suíça.

De acordo com o documento, matérias-primas encontradas nas florestas são exploradas sem que sejam dados os devidos créditos por melhoramento genético e sem a repartição dos benefícios, descumprindo protocolo da Convenção n- 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre povos indígenas e tribais.

"Nossos modos de vida propiciam a criação, desenvolvimento, melhoramento genético, inovações, salvaguarda, manutenção de práticas tradicionais, conhecimentos e **recursos** genéticos, promovendo a integração e interação humanidade e natureza", diz trecho do texto.

"Se faz necessário que a comunidade internacional cumpra, proteja, realize investimentos em programas de autoria e protagonizados por povos indígenas e resguarde os direitos de propriedade

intelectual dos povos indígenas, com o objetivo de cessar o espólio de nossos direitos e a exploração dos nossos conhecimentos e saberes", salienta outra parte do documento.

Fernanda Kaingang, doutora em propriedade intelectual e patrimônio cultural dos povos indígenas pela Universidade de Leiden (Holanda), participará da entrega e defesa do documento em Genebra, representando os povos originários do Brasil.

O principal objetivo, segundo ela, é torná-lo um instrumento internacional, que seja base para aos Estados-membros da ONU. A proposta foi baseada na lei brasileira de bi-

odiversidade (n- 13.123/2015), que reconhece o patrimônio genético, o conhecimento tradicional associado e o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

No âmbito internacional, o instrumento seria utilizado para requerer aos países que reconheçam o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado dos povos originários, com possível adoção de sanções e reparação de benefícios. De acordo com Kaingang, o Brasil será, provavelmente, o Estado presidente da conferência, o que reforçaria um diálogo a cerca do assunto.

Durante a programação do ATL (Acampamento Terra Livre), maior mobilização indígena do país, que aconteceu de 22 a 26 deste mês, em Brasília, Kaingang apresentou a proposta na plenária principal e recolheu assinaturas de lideranças dos povos originários para serem apresentadas na Conferência de Genebra.

Segundo ela, os guaranis foram os responsáveis pelo melhoramento genético da "ka'a he'e", também co-

Continuação: Entidades indígenas apontam apropriação cultural e intelectual por uso de cupuaçu, tucumã e stevia

nhecida como stevia (adoçante natural extraído de uma planta), que

Quanto por cento os guaranis receberam pelo uso da stevia? Quanto os povos da amazônia receberam pelo uso da copaíba, da andiroba, do cupuaçu, do açaí? Hoje, nós vemos as nossas culturas serem negadas na sua ciência e na sua sabedoria, para que o sistema de propriedade intelectual possa auferir lucros e não retribuir nada

Fernanda Kaingang

diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas

era usado pelos povos ancestrais. Atualmente, o produto é alvo de uma disputa por propriedade intelectual entre indígenas brasileiros e paraguaios contra multinacionais de refrigerantes e dietéticos.

"Os direitos de **propriedade** intelectual, que são válidos no cenário nacional, não têm uma regulamentação internacional de proteção a conhecimentos tradicionais e de repartição dos benefícios, dos lucros, utilizando os nossos conhecimentos", disse ela.

Kaingang, que também é diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas, promoveu neste mês, no Rio de Janeiro, um seminário no qual povos indígenas dos seis biomas brasileiros contribuíram para a elaboração do documento.

"Quanto por cento os guaranis receberam pelo uso da stevia? Quanto os povos da amazônia receberam pelo uso da copaíba, da andiroba, do cupuaçu, do açaí? Hoje, nós vemos as nossas culturas serem negadas na sua ciência e na sua sabedoria, para que o sistema de propriedade intelectual possa auferir lucros e não retribuir nada", diz.

O pesquisador de botânica real de Kew (Reino Unido) Matheus Colli-Silva defendeu em sua tese de doutorado, quando estudou na USP (Universidade de São Paulo), evidências de que o cupuaçu pode ter sido uma espécie doméstica-

da por indígenas da amazônia há mais de 5.000 anos.

A tese sugere que o cupuaçu é uma variante do cupufruta similar, mas de tamanho menor. Conforme o estudo, os povos indígenas da região do médio alto Rio Negro perceberam o potencial do cupuí e selecionaram os frutos que eram maiores e os cruzaram, dando origem a uma espécie maior e com mais poupa.

Os pesquisadores percorreram, na época da elaboração do doutorado, os municípios de Balbina (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Tapajós (PA) e Xapuri (AC), e observaram, ainda, que o cupuaçu só se fazia presente próximo de aldeias e regiões tradicionalmente povoadas, e não dentro da mata fechada, o que sustenta a hipótese de domesticação da fruta.

Colli-Silva disse à Folha que procurava entender a diversidade das espécies do cacau, entre as quais o cupuaçu.

"O cupuaçu é conhecido há 200 anos, mas o que a gente sugere, na tese, é que isso teria acontecido no primeiro momento, há muito tempo, como aconteceu com outras plantas também na amazônia."

Ele destaca que essa primeira fase do estudo tem limitações e que novas pesquisas, com coletas de mais amostras em outras localidades, precisam ser feitas para corroborar ou refutar a tese.

Frente parlamentar elabora novo marco legal de combate à pirataria



Segundo Fórum Nacional contra a **Pirataria**, em 2023, o Brasil perdeu R\$ 441,28 bilhões com o mercado ilegal de **falsificações**

Frente parlamentar elabora novo marco legal de combate à **pirataria** Segundo Fórum Nacional contra a **Pirataria**, em 2023, o Brasil perdeu R\$ 441,28 bilhões com o mercado ilegal de **falsificações**

Alto contraste

Será lançada nesta terça-feira (30) a FPI (Frente Parlamentar Mista em Defesa da **Propriedade** Intelectual e de Combate à **Pirataria**). A comissão tem entre seus objetivos elaborar um novo marco legal para tratar do tema. Atualmente, o principal marco legal do assunto é a Lei nº 9.279, de maio de 1996, que segundo o gabinete do presidente do colegiado, deputado Julio Lopes (PP-RJ), "já está defasada e não corresponde mais à realidade atual".

Ao R7, o gabinete afirmou que essa defasagem causa impacto para a inovação e o desenvolvimento. "É necessário rever esse marco legal, o que faz parte de uma das metas da Frente esse ano, trabalhar para um novo marco legal", afirmaram em nota.

Dados do FNCP (Fórum Nacional contra a **Pirataria** e Ilegalidade), que abrangem 14 setores da Indústria, estimam que, em 2023, o Brasil teve prejuízos na ordem de R\$ 441,28 bilhões com a **pirataria**, quantia que, segundo a entidade, equivale a cerca de 4% do

PIB brasileiro. "Tal quantia implica prejuízos diretos ao setor privado devido ao valor de mercadorias negociadas ilegalmente e de tributos não arrecadados pelo governo", afirma o FNCP.

Outro aspecto a ser tratado pelo colegiado é a falta de recursos destinados ao **INPI** para que o instituto possa analisar registros de **patentes** e marcas com mais agilidade. "Dados de 2022 apontam que o **INPI** tem levado, em média, mais de 6 anos para análise das **patentes**, o que impacta diretamente os investimentos e inovação".

Ainda de acordo com o gabinete do deputado Julio Lopes, a comissão, tem apoio do **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) e da **Interfarma** (**Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa). "Ela realiza reuniões e eventos entre o setor público, privado e a sociedade civil organizada para trabalhar em proposições legislativas e chamar atenção do público da importância da defesa da propriedade intelectual para o desenvolvimento do país", afirma o gabinete.

Financial Times e OpenAI assinam acordo sobre conteúdo

ÚLTIMAS

admin3i 29/04/2024 - 15:54 Para compartilhar:

um usuário em linguagem corrente.

O jornal Financial Times (FT) e a OpenAI, criadora do ChatGPT, assinaram um contrato, nesta segunda-feira (29), que permitirá que a start-up de Inteligência Artificial (IA) integre parte do conteúdo do jornal em suas respostas.

O acordo permitirá que o ChatGPT dê a seus usuários "resumos de temas atuais atribuídos ao FT, citações e links em resposta a perguntas", indicou um comunicado do jornal.

Essa "parceria estratégica" ajudará a melhorar a utilização dos modelos do OpenAI, assegurou o FT.

Isso "nos dará informação sobre como o conteúdo é exibido através da IA", indicou o CEO do jornal, John Ridding.

O ChatGPT é parte da revolução da IA generativa, que permite produzir textos e imagens a pedido de

Nos últimos meses, a agência americana Associated Press, a editora alemã Axel Springer, o jornal francês Le Monde e o grupo espanhol Prisa Media, chegaram a acordos de conteúdo com a OpenAI.

A empresa apoiada pela Microsoft se aproximou da imprensa, à medida que se torna mais suscetível a alegações de que a IA viola os **direitos** autorais e pelo potencial dessa tecnologia para alimentar a desinformação.

Os gigantes do Vale do Silício compilaram quantidades astronômicas de dados na **internet** para "treinar" seus modelos de IA.

É "justo" que as plataformas de IA paguem ao veículos de comunicação pelo uso de seu material, comentou Ridding, citado no comunicado.

juj/jul/LyS/mr/db/dd/mvv

Por que o trade dress é importante para sua marca? Veja dicas de como proteger o seu trade dress



DivulgaçãoO termo "trade dress" refere-se ao visual e ao design distintivo de um produto ou serviço, facilmente reconhecível pelos consumidores. Enquanto marcas registradas protegem elementos textuais e logotipos, o trade dress se concentra na aparência visual de uma embalagem ou ambiente de negócios. Práticas inadequadas de trade dress ocorrem quando uma marca tenta copiar ou imitar o design da embalagem de outro produto ou serviço, criando confusão entre os consumidores. Essas práticas frequentemente resultam em disputas legais por violação de propriedade intelectual. EXEMPLOS DE MARCAS TRADE DRESS Muitas vezes, infratores buscam imitar uma marca estabelecida para obter vantagem comercial, levando a um parasitismo comercial entre as marcas. Infelizmente, essas práticas são comuns em diversas indústrias.

Foto: Divulgação IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DO TRADE DRESS O trade dress é um instituto jurídico fundamental para proteger o conjunto imagem da marca, produto ou serviço desde que seja distintivo e associado a um único negócio ou produto. Empresas investem significativamente na criação de uma embalagem exclusiva, diferenciada para fortalecer o reconhecimento de sua marca no mercado. Há desafios associados ao trade dress, incluindo: Litígios: Quando uma marca alega violação de seu trade dress, pode haver litígios prolongados e dispendiosos, prejudicando a imagem da empresa e consumindo recursos significativos. Imitação e Có-

pia: Marcas bem-sucedidas com um trade dress distintivo frequentemente enfrentam a tentativa de imitação por parte de concorrentes, resultando em conflitos e disputas legais. Custos de Marketing e Design: Manter um trade dress exclusivo envolve custos significativos em pesquisa, criação de designs e proteção de propriedade intelectual. Mudança de Preferências do Consumidor: As preferências dos consumidores podem mudar, tornando um trade dress obsoleto. PROTEGENDO SEU TRADE DRESS Proteger o trade dress envolve diversas ações legais e estratégicas, tais como: Registro de Marca: Quando a lei conferir direitos proteger os meios de diferenciação pode auxiliar em uma demanda de Trade Dress.

Certifique-se de que o que você está requerendo a proteção seja distintivo. Manutenção da Consistência: Mantenha a aparência consistente em todos os produtos ou serviços. Vigilância: Monitore o mercado para detectar possíveis violações do Trade Dress por concorrentes. Educação Interna: Garanta que sua equipe compreenda a importância da proteção do Trade Dress. Pesquisa de Mercado: Realize pesquisas de mercado para identificar tendências de design e preferências do consumidor. Inovação Contínua: Cuidado! A mudança constante pode enfraquecer o Trade Dress já adquirido pelo negócio, avalie os riscos.. Ações Legais: Esteja preparado para tomar medidas legais para proteger seu Trade Dress, se necessário. Proteção Contra Imitação: Consulte um advogado de **propriedade** intelectual em caso de suspeita de imitação. O trade dress desempenha um papel crucial na estratégia de marca de uma empresa. Gerenciado e protegido pela jurisprudência há anos, pode proporcionar reconhecimento de marca e diferenciação.

No entanto, também pode levar a conflitos legais e custos. É essencial que as empresas estejam atentas às tendências de design, protejam seu trade dress e se adaptem às mudanças nas preferências dos consumidores. Lembre-se de que a linha entre violação

Continuação: Por que o trade dress é importante para sua marca? Veja dicas de como proteger o seu trade dress

de trade dress e inspiração legítima é subjetiva e varia de caso para caso, frequentemente resolvida nos tribunais. Essas disputas geralmente se concentram em se a semelhança na forma de apresentação entre produtos ou serviços pode criar confusão para os consumidores e infringir direitos dos titulares. **PALESTRA - A proteção do Trade Dress na identidade visual**

Em maio, a Dra. Vanessa Albuquerque estará no Encontro de Profissionais de Branding realizado pela Brandster, em palestra explicando sobre "A proteção do Trade Dress na identidade visual". O evento acontece no dia 04 de maio (sábado), das 8h às 17h, no Hotel Intercity Aeroporto (R. Prof.

Sarmiento Barata, 360), em Porto Alegre-RS. Este será o terceiro encontro do Brandster Day que levará discussões sobre Design Estratégico de Marcas. Serão 3 profissionais que levarão perspectivas sobre os temas, com workshop de design estratégico de marcas e palestras apresentando dilemas e dogmas prejudiciais à profissão, esclarecimentos sobre as implicações jurídicas do setor e 3 rodadas de networking para os participantes. Mais informações sobre o evento: <https://www.brandster.com.br/p/branding-day-brandster-porto-alegre> Sobre a Cone Sul Marcas e Patentes A Cone Sul Marcas e Patentes tem

mais de 25 anos de atuação no mercado. Fundada pela Dra. Maria Isabel Montañés tendo hoje como sócia a Dra. Vanessa Albuquerque que possui também como braço jurídico a Montañés Albuquerque Advogados, ambas criadas para oferecer uma assessoria além do óbvio. A Cone Sul tem como objetivo proteger grandes ideias e ajudar a blindar sua marca contra riscos inerentes a cada negócio.

Para mais informações: <https://www.conesul.com.br> Sobre a Dra. Vanessa Albuquerque

Conciliadora nomeada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Pós-Graduada em Direito e Processo do Trabalho. Associada ao IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito da Família). Gestão de atendimento ao cliente. Sócia e Diretora de Novos Negócios da Cone Sul. Avaliação de procedimentos internos e administrativos e jurídicos perante o INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Gestora de marcas e agente de propriedade industrial. Diretora de Sustentabilidade e Empreendedorismo Feminino no projeto "Digital por Elas" da AnaMid (Associação Nacional do Mercado e Indústria Digital).

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/vanessa-albuquerque-1656b728/>

Conep defende vetos em PL de Pesquisas Clínicas aprovado no Congresso



A percepção geral, contudo, é de que não há neste momento clima para que os vetos se concretizem
Crédito: Unsplash

O projeto de lei que muda as normas para realização de pesquisas clínicas no país, aprovado na última terça-feira (23/4) no Senado, não é tido como o ideal pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). O colegiado, a exemplo de outras organizações que defendem a participação do controle social no processo, defende que mudanças no texto seriam essenciais.

Como o JOTA mostrou, há um esforço destas entidades para que trechos do texto aprovado sejam vetados. A percepção geral, contudo, é de que não há neste momento clima para que esse desejo se concretize.

Diante deste ambiente, tanto defensores das mudanças quanto aqueles que desejam a manutenção do texto devem reforçar o trabalho de convencimento no governo. O desfecho dependerá não apenas dos argumentos usados, mas também da qualidade nas relações entre Executivo e Congresso.

Integrantes da Conep sustentam que a versão aprovada reduziu possíveis prejuízos aos participantes de estudos científicos. Mas há pontos que ainda pre-

cisam ser alterados.

"Em comparação com o modelo que foi concebido em 2015, tivemos mudanças importantes, e isso somente ocorreu após uma negociação longa, com todos os atores envolvidos", afirmou ao JOTA Laís Alves de Souza Bonilha, coordenadora do órgão.

Bonilha destaca que as mudanças mais expressivas foram a não ampliação do uso de placebo nas pesquisas clínicas, a remoção do Termo de Compromisso e Isenção, que tiraria a responsabilidade financeira das empresas responsáveis pelos estudos em casos de danos, além da manutenção da Conep. "Tivemos ganhos importantes. Após nossas conversas também entendemos que as alterações propostas buscavam uma previsibilidade jurídica, e que isso realmente pode beneficiar a área", disse.

Vetos

Para a Conep, o projeto ainda peca em relação à garantia dos direitos dos participantes das pesquisas clínicas na fase pós-estudo. "Temos o prazo de cinco anos de fornecimento dos medicamentos, mas também a necessidade de ter o aval dos responsáveis pela pesquisa para que isso ocorra, o que gera um conflito de interesse", destacou Bonilha.

O órgão também defende a adoção de outras mudanças durante a sanção do projeto, como as regras para envio de materiais de brasileiros ao exterior, que podem deixar a população em uma situação vulnerável, além das regras a serem seguidas para realização de estudos com indígenas. "Hoje em dia é preciso autorização do Ministério Público para fazer esse tipo de pesquisa, mas os próprios indígenas defendem que isso não é mais necessário. Seria uma alteração menos burocrática, e por isso acreditamos que não receberá críticas", defendeu.

Continuação: Conep defende vetos em PL de Pesquisas Clínicas aprovado no Congresso

Setor comemora aprovação de PL

Para Nelson Mussolini, presidente executivo do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas (Sindusfarma), as novas normas para pesquisas clínicas podem ajudar o Brasil a dar um salto econômico para se tornar um polo para investimentos internacionais. "Nenhum país seguia regulamentações semelhantes, isso mostra o quanto estávamos travados. Não fazia sentido nações menos desenvolvidas, como a Argentina, receberem mais investimentos que aqui", afirmou ao JOTA.

O representante da entidade também enxerga melhoras na saúde pública com a implementação das novas regras para estudos clínicos. "Teremos mais possibilidades para reforçar o Sistema Único de Saúde (SUS) e também poderemos explorar centros de pesquisa de referência no país, que estão preparados para receber mais demandas e com isso crescer", disse.

A aprovação também foi vista de forma positiva pela **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**). "A aprovação do PL de Pesquisa Clínica pelos senadores federais é decisiva para colocar o Brasil entre os dez primeiros países no ranking global de Pesquisa Clínica. Isso significará mais desenvolvimento científico e acesso às terapias mais inovadoras pelos pacientes brasileiros", declarou em um comunicado Renato Porto, presidente executivo da entidade.

Para a **Interfarma**, o país tem potencial para se destacar no setor médico, e deve investir nesse setor. "Agora trabalharemos junto a outros atores da saúde para que o texto seja sancionado pelo presidente da República. Temos uma grande força regulatória, excelentes cientistas pesquisadores e uma população preocupada com a sua saúde", ressaltou Porto.

Michele ViegasIago Bolivar

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 6, 11

Patentes

7, 10, 14

Pirataria | Biopirataria

8

Propriedade Intelectual

8, 10, 12

Entidades

8, 10, 14

Pirataria

10

Marco regulatório | INPI

10, 12